

Impactos do Tamanho da Legislatura sobre o Resultado Fiscal dos Municípios Brasileiros

Maria Amélia Santiago Ataide

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Carolina Giuberti

Coorientador: Prof. Dr. Henrique Hott



- O déficit público é, há décadas, motivo de preocupação sobre a solvência do Estado brasileiro, devido ao acúmulo persistente de dívida (GIAMBIAGI, 2021).
- Nos municípios, a NFSP acelerou entre 2023 e 2024, atingindo 0,19% do PIB. Esse avanço, ainda que pequeno, é o maior da série iniciada em 2002.
- A situação fiscal municipal não é alarmante, mas a tendência recente exige atenção, sobretudo no contexto de fragilidade das contas do Setor Público Consolidado.
- O tema se torna mais relevante ao considerar que a fragmentação legislativa, problema conhecido no Congresso, também afeta as Câmaras Municipais (SCHAEFER; MANCUSO; KRAUSE, 2024).
- Esta dissertação propõe estimar o efeito causal do tamanho da legislatura sobre o resultado fiscal dos municípios brasileiros.



Objetivo Geral:

Avaliar o impacto do tamanho do legislativo e, indiretamente, da fragmentação legislativa sobre o desempenho fiscal dos municípios brasileiros, para os períodos de 2005-2012 e 2013-2016.

Objetivos Específicos:

- Avaliar o impacto da legislatura e, indiretamente, da fragmentação legislativa sobre a receita e adespesa não financeira, considerando suas principais categorias: *Despesa Corrente* e *Despesa de Capital*;
- Avaliar o impacto do tamanho da legislatura e, indiretamente, da fragmentação legislativa sobre os grupos de natureza *Investimentos* e *Pessoal e Outros Encargos Sociais*;
- Avaliar o impacto do tamanho da legislatura e, indiretamente, da fragmentação legislativa sobre os impostos, diferenciado as receitas correntes de *Impostos sobre o Patrimônio*, *Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza* e *Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza*.

Fragmentação e Déficit Fiscal

- Common pool problem: quando muitos legisladores compartilham o orçamento, há incentivo ao gasto excessivo (WEINGAST; SHEPSLE; JOHNSEN, 1981).
- Fragmentação e déficits: conflitos distributivos e sistemas proporcionais favorecem governos de coalizão, que ampliam os déficits (ESLAVA, 2011; PERSSON; TABELLINI, 2003).
- Atraso na estabilização: em sociedades fragmentadas, o ajuste fiscal é postergado (ALESINA; DRAZEN, 1991; VELASCO, 1999).

Evidência Empírica Internacional

- Roubini & Sachs (1989): fragmentação medida por tipo de governo → coalizões geram maiores déficits.
- **Críticas:** conceito subjetivo → nova proposta: número de partidos (KONTOPOULOS; PEROTTI, 1999).
- RDD em países desenvolvidos: impacto da legislatura sobre gasto público e déficit (EGGER; KOETHENBUERGER, 2010; HIROTA; YUNOUE, 2012; PETTERSSON-LIDBOM, 2012).

Evidência para o Brasil e Lacuna

- Britto & Fiorin (2020): RDD para verificar o impacto do tamanho da legislatura sobre a corrupção.
- Schneider & Veras (2023): impacto sobre receitas, saúde, educação.
- Contribuição desta dissertação:
 - Foco no resultado fiscal
 - Ampliação das categorias de receita/despesa
 - Inclusão da EC nº 58/2009
 - Uso de *fuzzy* RDD

Estratégia de Identificação

- Este estudo utiliza regressão descontínua (*Regression Discontinuity Design RDD*) para identificar o efeito do número de vereadores sobre variáveis fiscais.
- *Sharp* RDD: Resolução nº 21.702/2004 estabelece número fixo de cadeiras por faixa populacional (2005–2012).
- Fuzzy RDD: EC nº 58/2009 define limites máximos não obrigatórios (2013–2016).
- Ambos criam descontinuidades populacionais que permitem inferência causal local.



- Atribuição do tratamento (número de cadeiras) é determinada exclusivamente pela população.
- A descontinuidade populacional gera variação exógena exata → uso de sharp RDD.
- Modelo estimado:

$$Y_{it} = \alpha + \beta C_{it} + f(x_{it}) + \gamma X_{it} + \mu_i + \lambda_t + \varepsilon_{it}$$
 (1)

- ullet Y_{it} : variável dependente, podendo representar qualquer uma das variáveis fiscais analisadas;
- C_{it} : número de cadeiras na Câmara Municipal;
- ullet $f(x_{it})$: variável de atribuição, definida pelo tamanho da população municipal
- X_{it} : conjunto de variáveis de controle que podem influenciar a variável dependente;
- μ_i , λ_t e ε_{it} : representam, respectivamente, efeitos fixos individuais, efeitos temporais e o termo de erro aleatório.



- A EC nº 58/2009 impõe um limite máximo de cadeiras não obrigatório.
- Nem todos os municípios seguem a regra → tratamento não perfeitamente atribuído.
- Utiliza-se fuzzy RDD com variáveis instrumentais (IV) para estimar o efeito causal.
- Primeiro estágio:

$$C_{it} = \alpha + \omega Z_{it} + \mu_i + \lambda_t + \phi_{it} \qquad (2)$$

onde:

- Z_{it} é um instrumento utilizado para isolar a variação exógena de C_{it} , permitindo estimar seu efeito causal sobre a variável dependente (Y_{it}) ; e
- ϕ_{it} é o termo de erro aleatório do primeiro estágio.



Variável de atribuição:

População

Variáveis dependentes (%PIB):

- Resultado fiscal
- Despesas e receita totais não financeiras
- 🛂 Despesas e receitas correntes 👈
- Despesas e receitas de capital **
- 🔽 <u>Impostos sobre o patrimônio</u>, IR e ISSQN 👈
- Investimentos e Pessoal e outros encargos sociais

Variáveis de Controle

- Proporção de jovens e idosos
- Número de partidos efetivos
- Ideologia
- Alinhamento com o partido do governador e do presidente
- FPM
- Indice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

Fontes de Dados

- STN: despesas, receitas e suas respectivas categorias
- 🔽 IBGE: estimativa da população, PIB, IPCA
- DATASUS: população por faixa etária
- TSE: vagas, eleitos, partidos e características
- BLS: estimativa do posicionamento ideológico dos partidos brasileiros
- 🔽 FIRJAN: IFDM eixo Emprego & Renda

Estatísticas Descritivas

Estatísticas Descritivas das Principais Variáveis (2005–2012)

Variável	Média	DP	Mín.	Máx.	
Resultado primário / PIB	7,57	4,92	-32,85	47,09	
Desp. não financ. / PIB	12,70	7,59 0,00		72,43	
Rec. não financ. / PIB	20,28	11,60	1,18	91,27	
Nº de partidos efetivos	4,58	1,51	1,00	17,33	
Nº de vagas	9,34	1,91	9	55	
População	32.033,51	192.151,75	804	10.886.518	

Estatísticas Descritivas

Estatísticas Descritivas das Principais Variáveis (2013–2016)

Variável	Média	DP	Mín.	Máx.	
Resultado primário / PIB	1,68	2,88	-52,58	50,58	
Desp. não financ. / PIB	17,77	10,17 0,00		91,12	
Rec. não financ. / PIB	18,95	10,85	0,00	99,07	
Nº de partidos efetivos	5,35	1,90	1,25	16,66	
Nº de vagas	10,32	2,86	9	55	
População	34.119,45	201.535,48	806	11.316.119	



Impactos do Número de Vereadores sobre o Resultado Fiscal

Estimação por Sharp RDD

Variável Dependente	2005–2012	2013–2016		
Resultado primário / PIB	-2,147***	-0,207		
Rec. não fin. / PIB	0,058	-4,096***		
Desp. não fin. / PIB	-7,552 ^{***}	-5,828***		

^{***}p<0,01; **p<0,05; *p<0,1

Cronograma

Atividade	07/25	08/25	09/25	10/25	11/25	12/25	01/26	02/26
Estimação dos modelos	X	X	X					
Análise dos resultados			Х	Х				
Redação da dissertação					Х	X		
Depósito da dissertação							Х	
Defesa da dissertação								Х



ALESINA, A.; DRAZEN, A. Why are Stabilizations Delayed? The American Economic Review, v. 81, n. 5, p. 1170–1188, 1991.

BRITTO, D. G. C.; FIORIN, S. Corruption and legislature size: Evidence from Brazil. European Journal of Political Economy, v. 65, Dec. 2020.

EGGER, P.; KOETHENBUERGER, M. Government Spending and Legislative Organization: Quasi-Experimental Evidence from Germany. American Economic Journal: Applied Economics, v. 2, n. 4, p. 200–212, Oct. 2010.

ESLAVA, M. The political economy of fiscal deficits: A survey. Journal of Economic Surveys, v. 25, n. 4, p. 645–673, Sep. 2011.

GIAMBIAGI, F. Tudo sobre o déficit público: Um guia sobre o maior desafio do país para a década de 2020. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

HIROTA, H.; YUNOUE, H. Local Government Expenditure and Council Size: Quasi-Experimental Evidence from Japan. 2012.

KONTOPOULOS, Y.; PEROTTI, R. Government fragmentation and fiscal policy outcomes: Evidence from OECD countries. In: POTERBA, J. M.; HAGEN, J. VON (Eds.). Fiscal institutions and fiscal performance. Chicago: University of Chicago Press, 1999. v. 137p. 81–102.

PERSSON, T.; TABELLINI, G. The economic effects of constitutions. Cambridge: MIT Press, 2003.

PETTERSSON-LIDBOM, P. Does the size of the legislature affect the size of government? Evidence from two natural experiments. **Journal of Public Economics**, v. 96, n. 3, p. 269–278, Apr. 2012.

ROUBINI, N.; SACHS, J. D. Political and economic determinants of budget deficits in the industrial democracies. **European Economic Review**, v. 33, n. 5, p. 903–933, May 1989.

SCHAEFER, B.; MANCUSO, W. P.; KRAUSE, S. Contextos competitivos fazem diferença?: O efeito do fim das coligações proporcionais sobre a fragmentação partidária (2016-2020). E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, v. 16, n. 40, p. 17–32, 2024.

SCHNEIDER, R.; VERAS, H. Do Bigger Legislatures Lead to Bigger Government? Evidence from a Brazilian Municipal Council Reform. **Economía**, v. 22, n. 1, p. 117–134, Sep. 2023.

VELASCO, A. A model of endogenous fiscal deficits and delayed fiscal reforms. In: POTERBA, J. M.; HAGEN, J. VON (Eds.). **Fiscal institutions and fiscal performance**. Chicago: University of Chicago Press, 1999. v. 137p. 81–102.

WEINGAST, B. R.; SHEPSLE, K. A.; JOHNSEN, C. The Political Economy of Benefits and Costs: A Neoclassical Approach to Distributive Politics. **Journal of Political Economy**, v. 89, n. 4, p. 642–664, Aug. 1981.

